



381

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0002339-93.2014.8.17.0000 (0329428-6)

Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco
SINDSEP/PE

Recorrido: Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional
de Saúde – CAPESESP

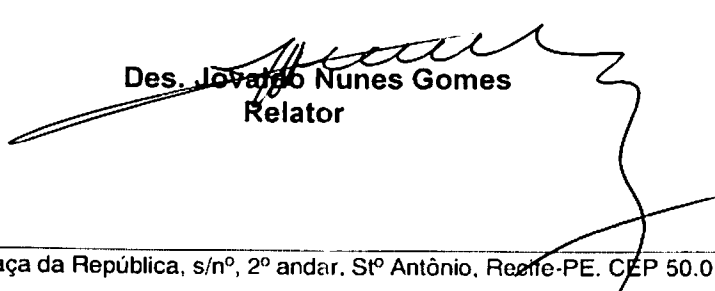
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. EMPRESA SEM FINALIDADE LUCRATIVA. NATUREZA DE AUTOGESTÃO. MUDANÇA NA FORMA DE CUSTEIO. MAJORAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. ASSOCIADOS IDOSOS. IMPOSSIBILIDADE DE AUMENTO DAS MENSALIDADES DOS ASSOCIADOS IDOSOS ATÉ O JULGAMENTO DO MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL. DECISÃO UNÂNIME. Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação pretendida, mesmo porque, como visto na decisão combatida, o Superior Tribunal de Justiça admite que as empresas de autogestão efetuem aumentos nas contribuições dos associados dos planos de saúde, pois, do contrário, as cobranças de valores insuficientes para a sua manutenção e desenvolvimento sustentáveis certamente resultariam na inviabilidade da prestação do serviço a que se dispõe. Porém, em relação aos idosos, o tratamento há de ser diferenciado, já que a jurisprudência dos tribunais pátrios considera abusivo o aumento da contribuição efetuado com base na mudança de faixa etária. Logo, descabido o argumento de que a vedação ao aumento do valor da contribuição deveria ter sido estendida a todos os associados do plano de saúde da CAPESESP e não apenas aos que são idosos. Assim sendo, até o julgamento meritório da ação principal que tramita no 1º Grau, a decisão vergastada deve ser mantida, de modo que os reajustes resultantes da modificação na forma de custeio do plano de saúde da recorrente poderão ser aplicados aos associados, à exceção daqueles que são idosos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso interposto, na conformidade do voto do relator, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



882

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0002339-93.2014.8.17.0000 (0329428-6)

Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco SINDSEP/PE

Recorrido: Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls. 858/861.

Trata-se de Agravo (fls. 864/874) apresentado pelo **Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – SINDSEP/PE** contra a decisão terminativa monocrática de minha lavra que negou seguimento ao agravo de instrumento também por ela interposto e, com isso, manteve a decisão do 1º Grau proferida pelo Juiz de Direito da 29ª Vara Cível da Capital, nos autos da *Ação Civil Pública* nº 0012497-10.2014.8.17.0001, proposta pelo recorrente contra a **Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP**, ora recorrida.

A mencionada Ação Civil Pública foi ajuizada sob a alegação de que a CAPESESP, na condição de entidade voltada à prestação de planos solidários de assistência à saúde, alterou unilateralmente a forma de custeio do plano e, com base no critério da faixa etária, fixou novas regras de contribuição para os seus associados, entre eles os servidores ativos e inativos vinculados à Fundação Nacional de Saúde – antiga FUNASA – que mantém vínculo com a CAPESESP, acarretando um reajuste de quase 200%.

Em juízo de cognição sumária o Juiz deferiu a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada na inicial da ação principal e determinou que a CAPESESP (ora recorrida) suspendesse os efeitos dos comandos operados contra as remunerações (nos contracheques) dos substituídos (apenas os idosos), comandos esses que foram realizados em função da faixa etária dos servidores ativos e inativos vinculados à FUNASA, mesmo que os respectivos contratos tenham sido firmados antes da vigência do Estatuto do Idoso.

Este, portanto, foi o *decisum* que mantive quando neguei seguimento ao recurso instrumental por meio da decisão terminativa atacada pelo agravo regimental em análise.

Em síntese, o recorrente alega que: a) a operadora de plano de saúde, de forma unilateral e arbitrária, modificou os critérios das contribuições mensais de todos os associados, fato que resultou num aumento de aproximadamente 200% em relação aos valores praticados antes das novas alterações; b) diante do caráter abusivo e ilegal do mencionado aumento, o sindicato recorrente ajuizou uma ação civil pública na qual foi requerida a antecipação de tutela para que os efeitos da adoção dos novos critérios de pagamento das contribuições mensais fossem suspensos; c) o Juiz que preside a ação no 1º Grau deferiu a antecipação de tutela apenas parcialmente, determinando que as modificações promovidas na forma de cobrar as mensalidades fossem suspensas, sendo que, apenas em relação aos associados



883

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

idosos; d) a não concessão da tutela requerida de forma total, ou seja, abrangendo todos os associados e não apenas aos idosos, coloca em risco a condição de continuidade de assistência do plano de saúde, já que, caso o aumento abusivo não seja revertido imediatamente, muitos associados deixarão de pagar as suas respectivas contribuições, podendo resultar na interrupção do contrato por falta de pagamento; e e) as alterações na forma de custeio do plano de saúde foram feitas unilateralmente, já que não houve assinatura do Termo Aditivo e sua publicação no Diário Oficial.

Requeru a reconsideração da decisão agravada ou, caso tal pedido não seja acolhido, que o recurso seja provido para o fim de reformar a decisão vergastada, bem como para dar provimento ao agravo de instrumento.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



884

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0002339-93.2014.8.17.0000 (0329428-6)

Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco
SINDSEP/PE

Recorrido: Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional
de Saúde – CAPESEP

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do agravo e passo a apreciá-lo. Na parte que interessa, a decisão recorrida está assim vazada (fls. 858/861):

“(…)**Relatei, decido:** (…). Na parte que interessa, a decisão recorrida possui o seguinte teor (fls. 456/464): ‘A prova inequívoca, por sua vez, restou claramente demonstrada, através de toda documentação carreada aos autos, especialmente cópias de contracheques (fls. 315/321), onde demonstram os alegados reajustes; bem como de cópia de ofícios oriundos da Fundação Nacional de Saúde (fls. 323/324), os quais informam que nenhuma medida deve ser adotada pela ré, antes da assinatura do Termo Aditivo e sua devida publicação, referente ao custeio do plano de saúde.’ (fls. 459/460)

‘Induvidosa, portanto, a verossimilhança da alegação, restando, por consequência, atendido o requisito previsto no caput do artigo 273 do CPC. É que a jurisprudência não vacila ao vedar a adoção de critérios de mudança de faixa etária de pessoas idosas como marco para o valor das mensalidades dos planos de saúde, verbis: (…)’ (fl. 460)

‘Quanto ao fundado receio de dano irreversível ou de difícil reparação (CPC, art. 273, I), necessário à concessão da tutela de urgência liminar, tal pressuposto dispensa maiores comentários, uma vez que a manutenção dos reajustes poderá, diante da impossibilidade de pagamento, acarretar a perda do referido plano de saúde, bem como sérias dificuldades de adquirir outro àqueles que forem portadores de doenças preexistentes ou idosos.

Noutra ponta, percebe-se que inexistente perigo de reversão da demora em desfavor da parte ré, com o deferimento da antecipação eficaz dos efeitos da tutela pretendida.

Assim, mesmo que agindo em sede sumária de cognição, considero que não há perigo de impossibilidade de reversão da medida e que, também, se impõe a superação a do contraditório prévio. (…)’ (fls. 461/462)

‘Diante do exposto, e considerando presentes a verossimilhança da alegação e, também, o perigo da demora na prestação da jurisdição, com fulcro no CPC, arts. 273 c/c 461, e no art. 12, da Lei 7.347/85, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada na inicial, para determinar que seja a ré compelida, imediatamente, a suspender os efeitos firmados pelos comandos operados contra as remunerações dos substituídos (idosos), consistentes na adoção de novos critérios de contribuição em razão da faixa etária dos servidores ativos e inativos vinculados à Fundação Nacional de Saúde, devendo comprovar



885

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, o atendimento da referida determinação. Esclareço que os efeitos desta decisão limitam-se aos substituídos idosos, mesmo que os contratos de adesão respectivos hajam sido firmados antes da vigência do Estatuto do Idoso, nos mesmos termos dos que foram decididos no julgamento do REsp 1324344 SP, pela Terceira Turma do STJ, em 21/03/2013.' (fls. 462/463) (grifei)

De fato, recentemente proferi decisão monocrática negando seguimento ao agravo de instrumento nº 0001994-30.2014.8.17.0000 (0328293-9), que fora interposto pela CAPESESP, aqui agravada, contra a mesma decisão aqui vergastada.

Daquela terminativa destaco os seguintes trechos: (...).

Ora, conforme ressaltai anteriormente, as empresas que atuam sob a modalidade de autogestão, também chamadas de empresas fechadas, possuem características peculiares que as diferenciam das empresas com finalidade lucrativa.

Dentre tais particularidades está a possibilidade dessas empresas poderem modificar, mediante decisão do seu Conselho Deliberativo, os critérios que compõem o custeio do plano de saúde.

No caso específico, as modificações realizadas pela CAPESESP foram submetidas à Agência Nacional de Saúde Complementar e aquele órgão se manifestou favorável à implementação de um novo modelo de custeio para os novos planos registrados pela operadora (fl. 110, AI 0328293-9).

Além disso, o Juiz prolator da decisão impugnada, quando rejeitou os pedidos de reconsideração formulados pelas partes na ação principal, consignou que os critérios utilizados pela CAPESESP ao proceder com os reajustes estão de acordo com a Portaria nº 625, de 21/12/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como deixou claro por qual motivo o aumento não poderia atingir os associados idosos, independente de o contrato ter sido ou não firmado antes da Lei nº 9.656/98, já que existe vedação expressa contida no Estatuto do Idoso, que impede o reajuste das mensalidades dos planos de saúde com base na variação de faixa etária, para as pessoas que possuam 60 anos ou mais. Veja-se: (...).

Sobre o tema, observa-se que o Superior Tribunal de Justiça admite que as empresas de autogestão efetuem aumentos nas contribuições dos associados dos planos de saúde, pois, do contrário, as cobranças de valores insuficientes para a sua manutenção e desenvolvimento sustentáveis certamente resultariam na inviabilidade da prestação do serviço a que se dispõe: (...).

Doutra banda, especificamente em relação aos idosos, tem-se que o aumento da contribuição efetuado exclusivamente com base na mudança de faixa etária, é tido como abusivo pelo Superior Tribunal de Justiça. Veja-se: (...).

Portanto, irretocável a decisão agravada.

Ante o exposto, e considerando que o recurso está em confronto com a jurisprudência dominante do STJ, **NEGO SEGUIMENTO** ao mesmo, para o fim manter incólume a decisão agravada, o que faço com fundamento no



886

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do TJPE. P. I. R. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos ao Juízo de origem. Recife, 25 de março de 2014. **Des. Jovaldo Nunes Gomes – Relator**” (destaques no original)

Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação pretendida, mesmo porque, como visto na decisão combatida, o Superior Tribunal de Justiça admite que as empresas de autogestão efetuem aumentos nas contribuições dos associados dos planos de saúde, pois, do contrário, as cobranças de valores insuficientes para a sua manutenção e desenvolvimento sustentáveis certamente resultariam na inviabilidade da prestação do serviço a que se dispõe.

Porém, em relação aos idosos, o tratamento há de ser diferenciado, já que no STJ, o aumento da contribuição efetuado com base na mudança de faixa etária, é tido como abusivo. Veja-se:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE MENSALIDADE POR FAIXA ETÁRIA. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282/STF E 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. LEI Nº 9.656/98. APLICABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. (...). 5. A orientação jurisprudencial desta Corte é firme no sentido de que é abusiva a cláusula contratual que prevê o reajuste da mensalidade de plano de saúde com base exclusivamente em mudança de faixa etária, sendo irrelevante que o contrato tenha sido celebrado antes da vigência do Estatuto do Idoso, da Lei nº 9.656/98 ou do Código de Defesa do Consumidor. 6. Agravo regimental não provido.” (AgRg no AREsp 257.898/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 25/11/2013)

Logo, descabido o argumento de que a vedação ao aumento do valor da contribuição deveria ter sido estendida a todos os associados do plano de saúde da CAPESESP e não apenas aos que são idosos.

Assim sendo, até o julgamento meritório da ação principal que tramita no 1º Grau, a decisão vergastada deve ser mantida, de modo que os reajustes resultantes da modificação na forma de custeio do plano de saúde da recorrente poderão ser aplicados, à exceção dos associados que são idosos.

Ante o exposto voto no sentido de **negar provimento** ao agravo de fls. 864/874, mantendo a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator